

RELATO DE EXPERIÊNCIA PROJETO DE EXTENSÃO UFSB E CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO: FORMAÇÃO CONJUNTA EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, LEGISLATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS (2021-2022)

EXPERIENCE REPORT UFSB EXTENSION PROJECT AND MUNICIPAL COUNCIL OF PORTO SEGURO: JOINT TRAINING IN CONSTITUTIONAL, LEGISLATIVE, AND PUBLIC POLICY FUNDAMENTALS (2021-2022)

INFORME DE EXPERIENCIA PROYECTO DE EXTENSIÓN DE LA UFSB Y EL CONCEJO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO: FORMACIÓN CONJUNTA EN FUNDAMENTOS CONSTITUCIONALES, LEGISLATIVOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS (2021-2022)

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo¹
Carolina Ferreira de Oliveira Bessa²
Emily Stephanie Moraes³

RESUMO

O presente relato de experiência apresenta o projeto de extensão intitulado “Formação conjunta em fundamentos constitucionais, legislativo e políticas públicas participativas”, realizado entre 2021-2022 a partir da parceria firmada pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) com a Câmara Municipal de Porto Seguro, que resultou em um curso de extensão virtual oferecido para servidores da Câmara, conselheiros municipais e lideranças/ativistas da comunidade e uma minuta de normativa voltada à criação da Escola do Parlamento municipal. Também resultou na aprovação de um projeto de lei que alterou a lei de criação da Escola do Legislativo de 2017 (Lei nº 1343/2017), a Lei Municipal nº 1916/2023. A ação contou com a participação de estudantes de graduação, pós-graduação e docentes da UFSB e de servidores da Câmara, além de convidados voluntários. Metodologicamente, organizou-se em encontros virtuais, precedidos de planejamento e aprovação do projeto de extensão, com uma bolsa anual, além do necessário diálogo interinstitucional visando a criação e o funcionamento de uma Escola do Parlamento municipal.

Palavras-chave: legislativo; políticas públicas; extensão.

ABSTRACT

This experience report presents the extension project entitled “Joint training in constitutional foundations, legislation and participatory public policies”, carried out between 2021-2022 based on a partnership signed by the Federal University of Southern Bahia (UFSB) with the Municipal Chamber of Porto Seguro, which resulted in a virtual extension course offered to City Council employees, municipal councilors and community leaders/activists and a draft regulation aimed at creating the municipal Parliament School. It also resulted in the approval of a bill that amended the law creating the Legislative School of 2017 (Law No. 1343/2017), Municipal Law No. 1916/2023. The action included the participation of undergraduate and postgraduate students and professors from UFSB and Chamber employees, as well as volunteer guests. Methodologically, it was organized in virtual meetings, preceded by planning and approval of the extension project, with an annual grant, in addition to the necessary interinstitutional dialogue aimed at the creation and operation of a municipal Parliament School.

Keywords: legislative; public policy; extension.

¹ Pós-doutora em Estudos Comparativos sobre as Américas (UNB), doutora e mestre em Estado e Sociedade (UFSB). Especialista em Filosofia (UFRB), Advocacia Cível (FESMP) e Gênero e Direitos Humanos (FIOCRUZ). Advogada formada pela PUC-RJ.

² Professora adjunta na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Advogada e pedagoga, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

³ Bacharela em Humanidades e graduanda em Direito pela UFSB. Cursa mestrado no Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade na mesma instituição.

RESUMEN

Este relato de experiencia presenta el proyecto de extensión titulado “Capacitación conjunta en fundamentos constitucionales, legislación y políticas públicas participativas”, realizado entre 2021-2022 a partir de una alianza firmada por la Universidad Federal del Sur de Bahía (UFSB) con la Cámara Municipal de Porto Seguro, que resultó en un curso de extensión virtual ofrecido a empleados del Ayuntamiento, concejales municipales y líderes/activistas comunitarios y un proyecto de reglamento destinado a la creación de la Escuela del Parlamento municipal. También resultó en la aprobación de un proyecto de ley que modificó la ley de creación de la Escuela Legislativa de 2017 (Ley N° 1343/2017), Ley Municipal N° 1916/2023. La acción contó con la participación de estudiantes de grado y posgrado, profesores de la UFSB y empleados de la Cámara, además de invitados voluntarios. Metodológicamente se organizó en reuniones virtuales, precedidas de la planificación y aprobación del proyecto de ampliación, con una subvención anual, además del necesario diálogo interinstitucional encaminado a la creación y funcionamiento de una Escuela de Parlamento municipal.

Palabras clave: legislativo; políticas públicas; extensión.

1 INTRODUÇÃO

As Escolas do Parlamento, em todos os níveis, têm sido espaços para que as equipes de assessoramento sejam qualificadas profissionalmente para atender as demandas da sociedade (Madruga, 2008). Na Bahia, temos duas escolas municipais, em Campo Alegre de Lourdes e em Pilão Arcado (Abel, 2021). Para fomentar uma nova fase do Poder Legislativo, o fortalecimento dessas instituições se mostra como um elemento de fortalecimento da democracia e instrumento de cidadania (Madruga, 2008).

A proposta de se construir uma atividade extensionista de formação e qualificação com intuito de promover uma formação participativa de servidores que atuam na Câmara Municipal de Porto Seguro - BA, assim como de líderes comunitários e integrantes de conselhos municipais, teve como objetivo fortalecer a atuação do Poder Legislativo em interface com as demandas locais do território, na construção de uma sociedade justa e igualitária através da capacitação do seu contingente funcional.

Essa iniciativa foi estruturada a partir das problemáticas enfrentadas no cotidiano dos próprios servidores municipais, resultando em uma parceria entre a UFSB e a presidência da Câmara Municipal de Porto Seguro. A proposta foi organizada em um projeto de extensão intitulado “Câmara Municipal de Porto Seguro e UFSB: formação conjunta em fundamentos constitucionais, legislativo e políticas públicas participativas”, que contou com financiamento interno (Edital de bolsas de extensão 01/2021) para uma bolsa remunerada a uma estudante de graduação, com a duração de um ano.

O projeto foi coordenado pela docente Carolina Bessa e a bolsista contemplada foi

Emily Moraes, contando também com a participação direta das docentes Valéria Giannella (coordenadora do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Social) e Patrícia Aurélia Del Nero (coordenadora do Núcleo Docente Estruturante do Curso), além de estudantes de graduação e pós-graduação voluntários da UFSB, totalizando 12 integrantes na equipe.

As atividades foram organizadas em torno de problemáticas e experiências do próprio território, e no decorrer dos dois ciclos, foram realizadas 19 semanas/encontros, nas quais foram discutidos temas relacionados aos princípios constitucionais e o papel do município na administração pública; a importância da participação e do controle social para a democracia; formas de trabalhar a gestão de conflitos com a escuta da comunidade local; as políticas públicas sociais; o papel do legislativo e a decolonialidade.

Após esse processo, iniciou-se a discussão pela atualização e mudanças da lei municipal da Escola do Legislativo (Lei nº 1343/2017), a partir das discussões do Grupo Gestor do Projeto de Extensão relatado. Entre as atualizações, foi proposta a parceria com instituições de Ensino Superior para gestão compartilhada da Escola (art.1º, § 1º), a definição estrutural da Escola por meio da construção de um Regimento Interno (art. 1º, §3º) e ações para a instituição de um memorial (art. 3º, XVIII) e biblioteca da Câmara (3º, XIX), com ações formativas para a comunidade (art.3º, XX). Além disso, foi incluída a integração da Escola na Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL e redes de escolas legislativas do Estado da Bahia. Tal processo culminou na Lei Municipal nº 1916/2023.

A seguir, apresentaremos brevemente a forma como foi realizado o projeto, seguido da metodologia, resultados e desdobramentos da ação.

2 A PARCERIA E O PROJETO DE EXTENSÃO

A atividade extensionista oportunizou que a Universidade Federal do Sul da Bahia, por meio do Bacharelado em Gestão Pública e Social em Porto Seguro, fortalecesse parceria com a Presidência da Câmara Municipal de Porto Seguro, tendo também como objetivo a propositura de uma Escola do Legislativo no Município.

Nesse sentido, entendemos que a experiência dos ciclos de formação foi uma ati_

vidade inaugural, que permitirá continuadas formas de atuação conjunta em Porto Seguro, em prol da comunidade e do interesse público.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da ação extensionista foi organizada com tônica participativa e dialógica, envolvendo a teoria e a prática na relação entre sociedade/comunidade e Poder Legislativo, fomentando um debate baseado em evidências e singularidades locais que busquem promover a equidade, a participação social, os direitos humanos e o enfrentamento às históricas desigualdades sociais, raciais e econômicas.

O projeto se organizou em dois ciclos formativos, com períodos de inscrições próprios e divulgações públicas, sendo que cada um foi estruturado em um cronograma de encontros semanais virtuais, em que cada semana contamos com uma ou duas pessoas responsáveis pela mediação, a partir da equipe constituída no projeto. Ele foi desenvolvido com uma escuta ativa de cada participante.

Para além disso, nos dois ciclos foram construídos formulários de interesse, em que os participantes puderam contribuir com informações de interesse, formato, dias e horários possíveis para a realização da formação; sendo que, ao final de cada ciclo, foram aplicados questionários avaliativos para que pudéssemos conhecer a percepção dos participantes sobre a formação para possibilitar seu aprimoramento.

Foi realizada uma aproximação e um planejamento conjunto entre equipe da UFSB e equipe da Câmara Municipal e também contatos com interlocutores da comunidade do entorno que pudessem colaborar, a exemplo de palestrantes voluntários de vários lugares do Brasil, como assessores (as), advogados (as), pesquisadores (as) e professores (as).

Foram levantadas expectativas e interesses dos participantes, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos:

- Divulgação do formulário virtual de inscrições no portal da UFSB e grupos, assim como no Instagram (<https://www.instagram.com/extensao.camaraeaufsbf/>) e presencialmente no plenário/sessão da Câmara;
- Recebimento de inscrições e contato com interessados para agendamento do primeiro encontro; com criação de um grupo de mensagens instantâneas;

- Rodas de conversa e dinâmicas interativas em encontros formativos virtuais semanais (plataforma google meet): espaços de diálogo síncrono (com disponibilização de gravação assíncrona) mediado pela equipe executora, com avaliação processual;
- Abordagem interdisciplinar de assuntos de interesse dos participantes em torno dos eixos temáticos: princípios da Administração Pública e fundamentos constitucionais na perspectiva da dignidade da pessoa humana, marcos regulatórios, direitos fundamentais individuais e coletivos; papel dos municípios, território e funções da Câmara Municipal; gestão pública municipal e conflitos locais; políticas públicas, participação e controle social; grupos historicamente excluídos, poder público e relações étnico-raciais no município;
- Veiculação de notícias públicas sobre o projeto¹:

Imagem 1 - Participação da docente Carolina Bessa no plenário da Câmara para divulgação do segundo ciclo formativo. Fonte: arquivos da equipe do Projeto/UFSB.



Fonte: Próprio autor (2022).

Imagem 2 - Participação da docente Valéria Giannella no plenário da Câmara para divulgação do segundo ciclo formativo. Fonte: arquivos da equipe do Projeto/UFSB.

¹<https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/3329-ufsb-e-camara-municipal-de-porto-seguro-realizam-atividades-de-formacao-conjunta-no-territorio>; <https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/3456-professoras-do-bacharelado-em-gestao-publica-e-social-participam-de-plen-aria-da-camara-de-porto-seguro-para-divulgar-curso-e-2-edicao-da-formacao-continuada>; <https://ufsb.edu.br/eventos-ufsb/3409-on-line-2-edicao-da-formacao-conjunta-em-fundamentos-constitucionais-legislativos-e-politicas-publicas-participativas-no-municipio-de-porto-seguro-ba>



Fonte: Próprio autor (2022).

2.2 ASPECTOS TEÓRICOS

Em muitas localidades do Brasil, o Estado de Direito e o império da lei têm sua aplicabilidade limitada. Isto ocorre por continuar imperando em muitos municípios o patrimonialismo em que as relações pessoais imperam sobre instituições, além da troca de favores, que perpetua concentrações extremas e duradouras de poder em poucas famílias ou grupos. A conquista de avanços sociais está diretamente relacionada a tais relações pessoais e tais trocas, o que — além de não ser legítimo ou ético — atenta contra a perspectiva de direitos (Araújo; Pereira, 2018).

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.

Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas anti-particularistas (Holanda, 2004, p. 146).

O caminho da impessoalidade e do interesse público são grandes desafios na história do país. De acordo com Holanda (2004, p. 146), a pessoalidade é um traço marcante de nossa administração pública, e que predomina as vontades particulares, “pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”. A transposição dos interesses pessoais para a esfera pública amplia a força das relações pessoais pautadas por uma dinâmica de interesse e troca (Damatta, 1997).

Para se evitar que o interesse público seja preterido por motivações pessoais, torna-se fundamental uma discussão mais aprofundada sobre mecanismos que ainda se encontram vinculados ao histórico de uma sociedade relacional, com intuito de se construir uma estrutura institucional pautada no princípio da impessoalidade, moralidade, mas também da eficiência (art. 37 da CF/1988).

A educação como um processo revolucionário e para a autonomia (Freire, 2007) nos parece o caminho para a desconstrução de uma estrutura ainda patrimonialista no âmbito local, construindo caminhos para a efetividade de direitos no âmbito municipal, dentro de um conceito de formação emancipatória, que venha reverberar em melhor qualidade dos serviços públicos oferecidos para a sociedade.

De acordo com Messias Júnior (2008), o adequado exercício da democracia vai depender das capacidades e competências dos agentes públicos e sociais desse setor acerca da educação legislativa, e somente através dela torna-se possível alcançar os requisitos mínimos necessários para um pleno gozo das políticas públicas, fomentando ainda mais a participação social.

Desta forma, a educação deve ser uma responsabilidade a ser dividida pelos entes públicos, cabendo ao parlamento a função de promover a educação legislativa, voltada para a disseminação de conhecimentos e reflexões decorrentes da atuação e dos interesses específicos desse Poder (Messias Júnior, 2008).

O modelo de escolas do legislativo busca fornecer além dos estudos técnicos, e tem como competência perceber a realidade e o contexto em que se insere, a fim de oferecer soluções, bem como dar força às opiniões públicas de sua localidade. Além disso, as escolas devem observar a diversidade e a potencialidade de seus públicos e linhas de atuação, identificando e compreendendo as características, peculiaridades e necessidades de cada um, com vistas à formulação de um projeto pedagógico adequado e eficaz (Messias Júnior, 2008).

Esse modelo de escolas tem resultados a curto e longo prazo, fazendo com que a participação política local contribua para a construção de um cenário político nacional plural e democrático, o que impacta a sociedade como um todo, e na formação de um ecossistema participativo.

3 A FORMAÇÃO CONJUNTA

3.1 PRIMEIRO CICLO: 2021

O primeiro ciclo de formação conjunta contou com a participação efetiva de 13 pessoas, sendo os encontros realizados nas quartas-feiras, das 15h às 17h, durante 3 meses. Os cursistas foram muito participativos, sempre trazendo exemplos relacionados à suas atuações e ao território.

Foram 11 semanas de atividades, síncronas (encontros virtuais on-line) e assíncronas (leituras e vídeo-aulas), sendo organizadas com o seguinte cronograma de encontros virtuais:

- 1º: apresentação do curso, da equipe, dos participantes e do projeto, com debate inicial. Além de ter levantado expectativas da turma;
- 2º: palestra sobre os princípios constitucionais e o papel do Município na Administração Pública e as competências de cada Poder;
- 3º: abordagem do tema participação, controle social, democracia e papel do Legislativo municipal;
- 4º: Gestão Pública e gerenciamento de conflitos/escuta da comunidade local;
- 5º: políticas públicas (sociais, setoriais), participação e relação com a comunidade. Intersetorialidade. Conselhos Municipais;
- 6º: processo legislativo municipal e análise do regimento interno da Câmara;
- 7º: ética na Administração Pública - atuação de servidores do Legislativo e interface comunitária - ética pública no contemporâneo, grupos vulneráveis e tecnologias digitais (fake news, pós-verdade e gestão pública);
- 8º: técnica legislativa, interpretação e leitura de leis e aplicabilidade: “um legislativo decolonial é possível?”;
- 9º: encontro de encerramento do curso, avaliação somativa coletiva e prospecção de novas ações.

Os participantes foram convidados para responder um breve formulário de avaliação sobre o curso, no qual as avaliações foram positivas em relação à compreensão do conteúdo ministrado e aplicação para a prática, também positiva em relação à metodologia. Apontaram também a importância do curso para a atuação ativa no acompanhamento dos canais de transparência para fiscalização e controle no Município, bem como maior capacidade em lidar com conflitos durante os processos de gestão. Os temas mais apreciados foram aqueles que abordavam a aproximação do poder público com a população e a participação. E o que os participantes mais sentiram falta foi de encontros presenciais.

3.2 SEGUNDO CICLO: 2022

O segundo ciclo de formação conjunta ocorreu no período de abril a junho de 2022. Todas as sextas-feiras, das 19h às 21h. O dia e horário foram escolhidos, diferentemente do primeiro ciclo, a partir de uma votação entre as pessoas inscritas. Durante o período de inscrição, 77 pessoas demonstraram interesse em participar do ciclo formativo. Porém, um número menor concluiu o curso com certificado, acredita-se que isso se deu pela dificuldade em focar e conciliar atividades remotamente.

Figura 2 - Cronograma dos encontros.

1ª semana - 1º encontro virtual 1º de abril de 2022 - 19h às 21h	Apresentação do curso, da equipe, dos participantes e do projeto, com debate inicial. Levantar expectativas da turma.
2ª semana 2º encontro - 08/04 19h	Princípios constitucionais e o papel do Município na Adm. Pública (Profa Patricia Del Nero - UFSB).
3ª e 4ª semana (feriados 15 e 22/04)	Atividade assíncrona - Indicação de leituras e vídeo-aula.
5ª semana 3º encontro - 29/04 19h	Participação, controle social, democracia e papel do Legislativo municipal. Audiências e consultas públicas, app, LAI (Tadeu - Câmara e convidado externo).
6ª semana 4º encontro - 06/05 19h	Gestão pública e gerenciamento de conflitos/escuta da comunidade local (Profa Valéria Giannella e Danielle Medeiro - Câmara).
7ª semana 5º encontro - 13/05 19h	Políticas públicas sociais, participação e relação com a comunidade. Intersetorialidade. Conselhos Municipais (Profa Carolina Bessa e Mestrando Paulo Dutra - UFSB)
8ª semana 6º encontro - 20/05 19h	Processo legislativo municipal e análise do regimento interno. Projetos de lei de iniciativa popular (Danielle, Tadeu e Bárbara - Câmara).
9ª semana 7º encontro - 27/05 19h	Governança, meio ambiente e política de águas no território (Valerie Nicollier e Prof Marcos Bernardes - UFSB).
10ª semana 8º encontro - 03/06 19h	Técnica legislativa e interpretação de leis. Participação das mulheres nas leis e nos espaços decisórios (Profa Carolina e convidadas externas).
11ª semana 9º encontro - 10/06	Encerramento do curso, avaliação coletiva e prospecção de novas ações. Palestra sobre ética na administração pública (Profa Patricia Del Nero). / Presencialidade a confirmar.

Fonte: arquivos elaborados pela equipe do Projeto/UFSB (2022).

Na avaliação final desse segundo ciclo, por formulário virtual, os cursistas apontaram o desejo de atividades presenciais. Apontaram também a utilidade do curso para a perspec_

tiva da sociedade civil organizada, maior entendimento na gestão política e auxílio na tratativa junto à gestão pública, com destaque para uma sugestão indicando a importância de se realizar uma formação para lideranças sociais mulheres no território. Os temas melhor avaliados foram os relativos à participação popular, conflitos e ética, além de temáticas específicas, como a abordagem sobre recursos hídricos, meio ambiente e política de águas no território.

Também foi feita uma avaliação interna por parte da equipe de organização do curso. Nela, as pessoas organizadoras avaliaram que o curso poderá impactar a vida prática dos participantes ao dar melhores condições para o exercício da função e maior conhecimento sobre a área de atuação, bem como facilitar o acesso aos conhecimentos gerais e incentivar a participação na gestão pública; como também incentivar a participação crítica sobre a realidade local para a participação de debates, que poderão ser multiplicados em espaços de trabalho e ativismo.

Além disso, refletiram em como o curso incentivou uma capacitação para os participantes ao abordar um conhecimento técnico para auxiliar na atuação e reflexão em suas atividades. Essa avaliação conclui que o curso inova ao trazer professores e palestrantes para explanar conteúdos importantes para o desenvolvimento de políticas públicas no município de Porto Seguro. As avaliações entendem como essas questões são fundamentais para uma atuação voltada para a transformação social, incluindo-se a relevância para os servidores no Município.

Com base nas devolutivas dos participantes e nas discussões internas, depois de dois ciclos de formação como pilotos, a organização entendeu que a formação ainda precisa de adaptações, como: buscar um maior dinamismo adaptado às novas tecnologias; bem como ter encontros presenciais ou híbridos, localizadas em determinadas comunidades, bairros ou distritos.

Foi sugerido também diversificar os convidados palestrantes, conduzindo encontros com base em temas especializados, como educação e saúde, além de investir em formações temáticas, focadas em grupos específicos, a exemplo de mulheres, servidores da educação, indígenas e estudantes; bem como criar oficinas práticas e investir em propostas que se conectem com o cotidiano de trabalho dos participantes.

As perspectivas de aprimoramento são essenciais para investir em futuras iniciativas de formação, que fazem parte do escopo de atuação da Escola do Parlamento, sendo a

criação da Escola um dos principais objetivos do projeto. Na avaliação, os organizadores apontaram que a Escola do Parlamento é fundamental para a compreensão das funções do legislativo juntamente com a articulação social permanente, além da capacitação para a participação efetiva na gestão pública, da mesma forma que possibilita o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados, por impactar na formação e capacitação dos servidores, assim como viabiliza ampliar o entendimento e participação social em relação às Políticas Públicas.

Dessa forma, compreende-se que a Escola do Parlamento poderá ser um locus profícuo de outras parcerias educacionais, mobilização crítica da comunidade, promoção de cursos temáticos com base nos anseios da comunidade e difusão de conhecimentos de políticas públicas baseadas em evidências (sejam aqueles produzidos nacionalmente, sejam as pesquisas e conhecimentos produzidos localmente).

4 RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS

Como resultados e desdobramentos do projeto de extensão realizado, entendemos que ele cumpriu seu objetivo inicialmente proposto e possibilitou maior aproximação entre a UFSB e a Câmara Municipal, sinalizando para uma profícua consolidação dessa articulação entre a Universidade e instituições públicas presentes no Município, com a construção de redes de apoio mútuo e ações conjuntas em prol da comunidade local.

O envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade em relação à gestão pública e social, assim como a relevância democrática da participação cidadã face ao Legislativo Municipal, são aspectos de destaque. A formação sobre os fundamentos constitucionais da Administração Pública, papel do legislativo, políticas públicas e cidadania ativa, contou com a emissão de certificação das atividades e curso de extensão pela UFSB, com carga horária de 20 horas para cada concluinte.

De forma mais concreta, foi construída coletivamente uma Minuta de Resolução para institucionalização da Escola do Parlamento Municipal na Câmara Municipal, apreciação e inclusão na pauta da Câmara e Mesa Diretora, dado seu caráter inovador na relação sociedade e legislativo e os impactos positivos que poderá gerar na comunidade e na instituição. Além disso, foi aprovada a Lei Municipal nº 1916/2023, que alterou a Lei nº 1343/2017 que criou a Escola do Legislativo em Porto Seguro - BA.

No âmbito interno da Câmara, o processo formativo foi relevante pela inovação ao se construir um espaço formativo para assessores, com foco nas questões locais, oportunizando conhecimentos teóricos e técnicos, juntamente com a troca de vivências práticas, que podem auxiliá-los no melhor desenvolvimento de suas funções, o que é um dos objetivos do projeto.

Para a sociedade civil, com foco para lideranças e membros de Conselhos Municipais, o curso oportunizou a democratização de um conhecimento, que por vezes encontra-se centralizado nas instituições de ensino superior, esse acesso proporcionou o conhecimento e as noções básicas em torno dos fundamentos constitucionais, atuação do Poder Legislativo e possibilidades de participação social.

Dessa forma, as vertentes formativas sistematizadas pelo projeto pautaram diretamente a cidadania ativa, fomentando a consciência crítica através da interação constante entre teoria e prática. Compreendemos que as ações de cunho formativo e dialógico são fundamentais para apoiar o fortalecimento da atuação, individual ou coletiva, na comunidade e nas relações com o poder público e, no geral, a politização consciente dos atores sociais.

A movimentação de interesse da comunidade demonstrou também a importância de capacitação em ambiente de compartilhamentos, possibilitados pela efetiva ação extensionista, que promoveu a interação dialógica acerca das demandas locais e com servidores públicos, lideranças comunitárias e conselheiros municipais de diferentes localidades da região.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. F. MS; Pereira, T. A. **Rev Bras Adm Pol**, v. 1, n. 1, p. 95-114. 2018.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MESSIAS JÚNIOR, Marques Alaôr. **Educação legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento**. 2008. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Poder Legislativo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://www2.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecim ento/arquivos/pdf/educacao_legislativa.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MADRUGA, F. **Escolas do Legislativo: uma nova visão do Parlamento Brasileiro**. *Senatus*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 31-34, maio. 2008.